

UMA GRANDE TRANSFORMAÇÃO PARA A ECONOMIA DA DIGNIDADE

João Carlos De Carvalho Rocha¹

RESUMO

A "Economia de Francisco e Clara" é iniciativa promovida pelo papa Francisco, que visa a fomentar uma economia mais inclusiva, sustentável e humana. O momento inaugural dessa proposta foi o convite dirigido aos jovens economistas, aos empreendedores e às empreendedoras em 2019. O presente trabalho visa a contextualizar essa iniciativa à luz das encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, documentos que atualizam a Doutrina Social da Igreja em face dos debates sociais contemporâneos, e que abordam, especialmente, questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental, dignidade humana, inclusão e justiça social. Esses documentos reforçam a necessidade de uma economia que respeite a natureza e promova a inclusão e vida digna de todos os seres humanos. Para tanto é necessário atuar para reverter os efeitos perversos da emergência climática, da desigualdade social, da precarização do trabalho e da financeirização das relações interpessoais. Esse cenário desafia a repensar e reformular a economia global para promover a dignidade e o bem-estar de todos, não apenas da humanidade, mas de todos os seres vivos e dos processos ecológicos fundamentais que tornam possível o florescimento da Criação.

Palavras-chave: economia inclusiva; dignidade humana; sustentabilidade ambiental; mudanças globais.

A GREAT TRANSFORMATION FOR THE ECONOMY OF DIGNITY

ABSTRACT

The "Economy of Francesco and Clare" is an initiative promoted by pope Francis, which aims to foment a more inclusive, sustainable and humane economy. The inaugural moment of this proposal was the invitation addressed to young economists and entrepreneurs in 2019. This work aims to contextualize this initiative in light of the encyclicals *Laudato Si'* and *Fratelli Tutti*, documents that update the Social Doctrine of the Church in the face of contemporary social debates, which especially address issues related to environmental sustainability, human dignity, inclusion and social justice. These documents reinforce the need for an economy that respects nature and promotes inclusion and a dignified life for all human beings. To achieve this, it is necessary to act to reverse the perverse effects of the climate emergency, social inequality, precarious work and the financialization of interpersonal relations. This scenario challenges us to rethink and reformulate the global economy to promote the dignity and well-being of all, not just humanity, but all living beings and the fundamental ecological processes that make the flourishing of Creation possible.

Keywords: inclusive economy; human dignity, environmental sustainability; global changes.

1 RETROSPECTO HISTÓRICO

Em 1º de maio de 2019, o Papa Francisco publicou uma carta dirigida aos jovens economistas, às empreendedoras e aos empreendedores de todo o mundo, convidando-os para um evento em Assis, entre 26 a 28 de março de 2020, para discutir uma economia diversa,

¹ Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Graduado em Ciências Jurídicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. É Procurador Regional da República do Ministério Público Federal.

inclusiva e humana e produzir um pacto para mudar a economia atual e conferir-lhe alma. Na carta há expressa menção a São Francisco de Assis e a encíclica *Laudato Si'*, duas referências basilares na busca da ecologia integral, que é pressuposto da economia sã e do desenvolvimento sustentável:

Sim, é necessário “re-animar” a economia! E qual cidade é mais idônea para isso do que Assis, que desde há séculos é símbolo e mensagem de um humanismo de fraternidade? Se São João Paulo II a escolheu como ícone de uma cultura de paz, para mim parece ser também um lugar inspirador de uma nova economia. Com efeito, ali Francisco despojou-se de toda a mundanidade para escolher Deus como estrela polar da sua vida, fazendo-se pobre com os pobres, irmão universal. Da sua escolha de pobreza, brotou também uma visão da economia que permanece extremamente atual. Ela pode dar esperança ao nosso amanhã, não apenas em benefício dos mais pobres, mas da humanidade inteira. Aliás, ela é necessária para o destino de todo o planeta, nossa Casa Comum, “nossa irmã Terra Mãe”, como Francisco a chama no seu Cântico do Irmão Sol. Na Carta Encíclica *Laudato Si'*, ressaltai que hoje, mais do que nunca, tudo está intimamente ligado, e a salvaguarda do meio ambiente não pode ser separada da justiça em relação aos pobres, nem da solução dos problemas estruturais da economia mundial (Brasileiro, 2023, p. 242).

Em razão da pandemia da COVID-19 o encontro teve que ser realizado por meio virtual, além de ter sido adiado para novembro de 2020. Ponto positivo é que contou com a participação de cerca de 2.000 jovens economistas e empreendedoras e empreendedores de mais de 40 países (VATICAN NEWS, 2020) e deu origem a um movimento em escala mundial. O evento ocorre anualmente, e de forma presencial desde 2022. No Brasil, esse movimento pela construção de uma economia diversa e humanista passou a denominar-se Economia de Francisco e Clara, incorporando o carisma específico de Clara de Assis nesse processo de mudanças. Trata-se de ampliação necessária, uma vez que a proposta por uma nova economia abrange o papel das mulheres nos processos sociais e econômicos, a igualdade de gênero e a valorização da economia do cuidado.

No momento em que o Papa Francisco nos provoca a refletir e atuar em novos caminhos para a economia e a sociedade, é importante resgatar aqueles pensadores que souberam refletir sobre a economia de forma integrada com a diversidade da sociedade humana, incorporando à análise dos processos econômicos também os aspectos éticos, históricos e antropológicos da humanidade, em modelo de conhecimento complexo e sistêmico. O propósito de realmar a economia trata justamente de mudar a mentalidade e o coração em prol de novos arranjos econômicos que sirvam à humanidade e não se sirvam da humanidade com o objetivo de reificação e financeirização. E todas as contribuições devem ser acolhidas em prol desse propósito.

O Papa Francisco formulou o convite, a Igreja Católica promove o processo de

discussão, mas a mensagem se dirige a todos que tenham boa vontade e disponibilidade para pensar e praticar uma economia com face humana, inclusive cientistas sociais que não se inserem em qualquer tradição religiosa.

Nesse sentido, vale o registro de um precursor, no qual o título deste artigo extrai inspiração, ao referir a necessidade de uma grande transformação na economia. Em 1944, ainda com a II Guerra Mundial em curso, o economista e cientista social húngaro Karl Polanyi publicou *A Grande Transformação*, que se tornou um clássico do pensamento econômico moderno. A tese principal do livro é que a moderna economia de mercado e o moderno Estado-nação devem ser entendidos não como elementos estanques, mas como uma única invenção humana, denominada pelo autor de “Sociedade de Mercado” (Polanyi, 2021, p. 90).

Ainda que a análise da economia efetuada por Polanyi esteja limitada aos parâmetros da sua própria época, ou seja, a um mundo em que a Europa ainda era, com os Estados Unidos, o centro do capitalismo industrial, e a África e a Ásia permaneciam submetidas aos projetos coloniais, subsiste atual o diagnóstico de que a sociedade de mercado ignora a importância das relações sociais, da cultura e da natureza, tratando todos os aspectos da vida como *commodities* a serem compradas e vendidas.

Polanyi argumenta que, ao longo do século XIX, a busca pela sociedade de mercado, fundada na crença da sua autorregulação, levou a uma série de problemas sociais, como desemprego em massa, pobreza, exploração do trabalho e degradação do meio ambiente. Em resposta a essas crises, a sociedade começou a impor limites ao mercado por meio de regulamentações, legislação trabalhista, programas de bem-estar social e outras intervenções estatais.

Embora a geração nascida após a II Guerra Mundial tenha se beneficiado de programas de reestruturação econômica, do petróleo barato e da parcial industrialização de alguns países do Sul Global, esse processo de expansão econômica passou a declinar com a crise do petróleo na década de 1970. A partir daí, os movimentos políticos favoráveis a desregulamentação da economia voltaram a ganhar protagonismo nos países centrais. Com a ascensão da ideologia neoliberal e o consequente agravamento dos problemas econômicos anteriormente apontados, especialmente quanto ao desemprego em massa, ao incremento da pobreza e da desigualdade, à exploração do trabalho, e à degradação ambiental. De certa forma, sem que se percebesse, regredimos a uma agenda econômica que pretendia restaurar a economia liberal ao estilo da segunda metade do século XIX.

2 AS ENCÍCLICAS *LAUDATO SI'* E *FRATELLI TUTTI*

Entre 2015 e 2020, o Papa Francisco publicou duas cartas encíclicas que são fundamentais para compreender o seu convite para uma Economia de Francisco e Clara, a saber, a *Laudato Si'* (2015), que versa sobre o cuidado da casa comum, e a *Fratelli Tutti* (2020), sobre a fraternidade e a amizade social. O exame dessas encíclicas nos ajuda a compreender os aspectos perniciosos do atual retrocesso socioeconômico.

A encíclica papal *Laudato Si'* trata de questões relacionadas com a ecologia, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. É com o magistério do Papa Francisco que o ambientalismo complementa o tripé da doutrina social da Igreja, ao lado da dignidade da vida humana e da justiça social. Embora, se reconheça que anteriormente outras encíclicas tenham abordado colateralmente questões ambientais, como, por exemplo, a condenação da destruição do ambiente natural na *Centesimus Annus*. Nela está muito claro a condenação da destruição do ambiente natural como um erro antropológico que viola a integridade da Criação confiada por Deus:

37. Igualmente preocupante, ao lado do problema do consumismo e com ele estritamente ligada, é a questão ecológica. O homem, tomado mais pelo desejo do ter e do prazer, do que pelo de ser e de crescer, consome de maneira excessiva e desordenada os recursos da terra e da sua própria vida. Na raiz da destruição insensata do ambiente natural, há um erro antropológico, infelizmente muito espalhado no nosso tempo. O homem, que descobre a sua capacidade de transformar e, de certo modo, criar o mundo com o próprio trabalho, esquece que este se desenrola sempre sobre a base da doação originária das coisas por parte de Deus. Pensa que pode dispor arbitrariamente da terra, submetendo-a sem reservas à sua vontade, como se ela não possuísse uma forma própria e um destino anterior que Deus lhe deu, e que o homem pode, sim, desenvolver, mas não deve trair. Em vez de realizar o seu papel de colaborador de Deus na obra da criação, o homem substitui-se a Deus, e deste modo acaba por provocar a revolta da natureza, mais tiranizada que governada por ele (João Paulo II, 1991, p. 72-73)

Relevante repassar os principais temas da *Laudato Si'*. A questão central da encíclica é o cuidado com a casa comum, que é o lugar por excelência da experiência humana com a Criação. Após expor diferentes questões científicas, filosóficas, ambientais, políticas, sociais e econômicas relacionadas com a vida na Terra, conclui que é impossível discutir os desafios ambientais sem levar em conta os impactos nos diversos campos de conhecimento e atuação. É nesse ponto, que o Papa Francisco propõe uma "ecologia integral":

137. Dado que tudo está intimamente relacionado e que os problemas atuais requerem um olhar que tenha em conta todos os aspectos da crise mundial, proponho que nos detenhamos agora a refletir sobre os diferentes elementos duma *ecologia integral*, que inclua claramente as dimensões humanas e sociais (Papa Francisco, 2015, p. 85).

Portanto, a *Laudato Si'* inova em relação a outras cartas encíclicas, que conformam a doutrina social da Igreja, por apresentar uma abordagem sistêmica que se situa no âmbito da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade (Wohlfart, 2021). Assim, questões envolvendo ciências naturais, sociologia, economia, filosofia e teologia se estruturam em uma mesma rede epistemológica, que atualiza os questionamentos e as respostas apresentadas.

Por se tratar de uma encíclica que propõe a inclusão das dimensões humanas e sociais em consonância com as questões científicas, em um campo de reflexão que se pretende novo, a *Laudato Si'* não se limita aos desafios ambientais contemporâneos, dos quais o mais grave é a emergência climática, e avança na demonstração de que os mais pobres e vulneráveis são os mais afetados pelas mudanças climáticas e pela degradação do meio ambiente.

Enfatiza que vivemos em uma cultura do consumismo e do descarte, o que só agrava os problemas ambientais e a desigualdade. Avança na proclamação da necessidade de diálogo e colaboração, em escala global, entre governantes e sociedade civil. Bem como na mudança de estilo de vida que leve a transformações nos padrões de produção e consumo, o que certamente não poderá ser feito sem assumirmos o compromisso com profundas mudanças no modelo econômico vigente. Por fim, destaca a necessidade da educação e da conscientização para que esse processo de mudança tenha curso.

Já publicada no contexto em que o convite para o encontro de Assis havia sido formulado, a encíclica *Fratelli Tutti* é ainda mais explícita nas críticas aos modelos político-econômicos vigentes. O mundo ao qual se dirige a mensagem papal é um mundo fechado, no qual o único sentido da palavra abertura é aquela apropriada pelo globalismo neoliberal, que desumaniza as pessoas, na medida em que as reduz à condição de consumidores e espectadores (Papa Francisco, 2020).

Desse modo, *Fratelli Tutti* convida a todos para a fraternidade e a amizade social. Independente de origem étnica, nacionalidade, religião ou condição social, há uma interconexão de toda a humanidade, razão pela qual devemos nos tratar mutuamente como irmãos e irmãs. O lugar por excelência de quem vive em espírito fraterno é o do diálogo e do encontro. É preciso ouvir e buscar compreender o outro de coração desarmado, para estabelecer uma autêntica colaboração entre todos.

Por outro lado, as guerras, a xenofobia, a falta de compromisso das lideranças políticas com o bem comum e com a justiça social, o aumento da desigualdade, da pobreza e da

exclusão social, levam a um mundo mais duro, egoísta e instável. Retomando o magistério de São João XXIII, o Papa Francisco ressalta que "as razões da paz são mais fortes do que todo o cálculo de interesses particulares e toda a confiança posta no uso das armas" (2020, p. 127). Esse alerta é importante porque o tempo atual é de urgência por mudanças positivas, e não raro a guerra é iniciada por quem tem interesse em manter o fortalecer o *status quo*.

No que diz respeito a economia, ela deve ser colocada a serviço do bem. O Papa Francisco usa a imagem do Bom Samaritano para defender que é possível "começar por baixo e caso a caso, lutar pelo mais concreto e local, até ao último ângulo da pátria e do mundo" (2020, p. 40-41). Uma economia descentralizada, local, diversa, inclusiva, que promova as pequenas empreendedoras e os pequenos empreendedores, que tenha vínculos comunitários com o local na qual é desenvolvida e respeite o ambiente ao seu redor.

A economista Kate Raworth nos faz lembrar o sentido original da palavra economia para os gregos antigos, como a boa administração da casa (2019). Esse sentido original se perdeu para um significado absolutamente diverso, que é o da técnica de adquirir riqueza. Mas a riqueza, por si só, é estéril. É como um tesouro escondido em um baú, ela só contribui para a economia quando circula entre as pessoas e seus recursos são utilizados para projetos que tenham significado positivo na vida das comunidades.

E a autora também diz que, se o objetivo da economia é ampliar as aptidões das pessoas, a medição do volume de riqueza total de cada país está longe de ser o melhor índice (2019). Para tanto propõe uma nova medida, não mais em um eixo cartesiano, como o Produto Interno Bruto (PIB), mas uma medida geométrica, formada por dois círculos. No círculo interno fica o alicerce social, composto por todas as necessidades humanas legítimas. No círculo externo o teto ecológico, no qual se situam as ameaças ambientais contra a Terra. E entre esses dois círculos se estabelece o espaço de segurança e justiça para a humanidade. O território no qual é possível desenvolver a economia e a sociedade de forma justa em suas diversas dimensões.

Esse círculo, no dizer de Kate Raworth, seria uma "bússola" (2019, p. 53). E, de fato, parece ser uma boa bússola para quem se disponha a trilhar a Economia de Francisco e Clara.

3 A MENSAGEM DO PAPA SOBRE A ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

Como ressaltado por Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães (2023, p. 11), a

“Economia de Francisco e Clara se insere numa senda de iniciativas ligadas ao papa Francisco, que se colocam como construtoras do novo humanismo”

A iniciativa papal é um convite ao aprendizado e à ampliação do conhecimento aplicável a processos econômicos virtuosos, como formulado na carta do papa Francisco de 1º de maio de 2019: “Convido cada um de vós a ser protagonista desse pacto, assumindo um compromisso individual e coletivo para cultivarmos juntos o sinal de um novo humanismo, que corresponda às expectativas do homem e ao desígnio de Deus” (Brasileiro, 2023, p. 244).

Os participantes diretos desse pacto são os jovens, os empresários e as empresárias, e os estudiosos e as estudiosas da ciência da economia, conforme explicitamente relacionados naquele documento. Entretanto, todos os seres humanos são chamados a contribuir para esse projeto.

Vimos que em suas cartas encíclicas o Papa Francisco fala de diversas questões ambientais, econômicas e sociais de forma sistematizada. Naqueles documentos se dirige a todos, católicos e não-católicos, religiosos e não crentes. Já nas mensagens dirigidas aos encontros anuais em Assis, o conteúdo é focado no público específico que tem participado daqueles eventos e se engajam nos projetos decorrentes das doze vilas temáticas, nas quais são classificadas as iniciativas práticas propostas no âmbito da Economia de Francisco e Clara.

Ao encerrar o primeiro encontro em Assis, em sua mensagem de 21 de novembro de 2020, o Papa Francisco enfatiza, com fundamento na *Laudato Si'*, a necessidade de uma mudança cultural correspondente a essa nova economia para que ela possa florescer:

Precisamos de uma mudança, queremos uma mudança, procuramos uma mudança. O problema surge quando nos damos conta de que, para muitas das dificuldades que nos afligem, não temos respostas adequadas e inclusivas; pelo contrário, sofremos de uma fragmentação na análise e no diagnóstico que acaba por bloquear todas as soluções possíveis. Afinal, falta-nos *a cultura* necessária para permitir e estimular a abertura de diferentes visões, baseadas num tipo de pensamento, política, programas educacionais, e até de uma espiritualidade que não se deixe fechar numa única lógica dominante (Brasileiro, 2023, p. 247)

Na ocasião, o Papa Francisco repassou alguns tópicos relevantes sobre o que é necessário para uma economia alternativa. A respeito da liderança, ressaltou que são necessários grupos dirigentes comunitários e institucionais focados na resolução dos problemas reais. Também disse que é preciso fomentar a cultura do encontro para além das diferenças legítimas, reconheceu que os modelos assistencialistas são insuficientes; condenou os modelos excludentes, que faz com que alguns se sintam mais humanos do que outros; lembrou que a fome não é um problema de escassez material, mas de escassez social e

institucional;, concluindo que o verdadeiro desenvolvimento é sustentável e incluyente (Brasileiro, 2023).

A noção de sustentabilidade diz com a capacidade de realizar mudanças ambientais, econômicas e sociais qualitativamente positivas e duráveis ao longo de gerações. É expressão da responsabilidade intergeracional, e, portanto, da formação e proteção do patrimônio comum da humanidade. Qualquer sociedade engajada em projeto de desenvolvimento econômico que não observe critérios de sustentabilidade, mais cedo ou mais tarde, terá afetada a dignidade de seus membros, com redução dos direitos e liberdade das gerações futuras. Uma sociedade desigual, uma sociedade de ricos e pobres, de homens beneficiados e mulheres discriminadas, de uma raça favorecida à custa das demais, não é uma sociedade sustentável.

Por isso, em sua segunda mensagem, de 2 de outubro de 2021, fala da regeneração de todos os nossos sistemas sociais como missão da economia (Brasileiro, 2023). Trata-se da tarefa de recolocar a fraternidade no centro da economia, e para tal, o Papa Francisco usa a pandemia da COVID-19 como exemplo de esforço institucional e econômico pela vida.

Na mensagem dirigida ao encontro presencial em Assis, de 24 de setembro de 2022, o Papa Francisco reitera o vínculo da nova economia com a terra e a paz (Brasileiro, 2023). Tratou a economia como um ecossistema, uma planta que cresce, floresce e se diversifica. E ao crescer fertiliza a solo, ao contrário do paradigma econômico atual que se mantém pelo contínuo espólio da natureza. A questão da multidimensionalidade da sustentabilidade, inclusive no contexto relacional e espiritual, também se faz presente naquela mensagem.

4 A ECONOMIA ATUAL NÃO RESPEITA A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Há um claro sentido ético nas reflexões em torno do projeto de nova economia irradiado a partir de Assis. Trata-se de colocar as pessoas como centro da economia. Portanto, de revisitar e fortalecer o conceito de dignidade da pessoa humana, não como um conceito abstrato ou formal, mas como princípio vital conformador da sociedade.

A autonomia ética, formulada em Kant como a capacidade do homem dar a si as próprias leis, é o ponto de partida das modernas teorias sobre a dignidade da pessoa humana (Höffe, 2005). Essa capacidade independe das circunstâncias históricas de cada pessoa humana tomada individualmente. Antes de Kant, a formulação de que só é livre aquele que dá a

si a própria norma de conduta encontra-se no Contrato Social de Jean-Jacques Rousseau (2000). Mas ali há uma importante distinção porque em Rousseau a ideia de autonomia, identificada com a liberdade moral, apresenta-se em um sentido primariamente político. A ideia central do pensamento de Rousseau, expressa ao longo de toda a sua obra, é que a natureza humana se caracteriza fundamentalmente pela vontade livre expressa na concepção política da liberdade moral. Já em Kant a autonomia passa a ser a chave do seu sistema ético.

Kant tem sido criticado por partir da experiência moral, e assim ontologizar a moral, perdendo, desse modo, a específica dimensão moral da dignidade. Para superar esse reparo, Ana Marta González (2004,) sustenta a necessidade de distinguir entre dignidade moral e dignidade ontológica, distinção que, face à ética transcendental de Kant, implica o retorno à metafísica.

A dignidade ontológica tem caráter fundante e não disponível. Não é reservada apenas às pessoas, mas distintos modos de ser estão associados a distintas dignidades, conforme a natureza do ser, com o que se pode falar em dignidade ontológica das pessoas e dos animais. Para a autora, é na dimensão ontológica que *“la dignidad tiene el carácter de um primer principio, y em este sentido puede verse como la fuente de ‘derechos’”* (2004, p. 38). De outro lado, a dignidade moral depende do próprio comportamento livre, na medida em que a conduta do ser está ou não à altura da sua dignidade ontológica. Assim, para haver dignidade moral é necessário que o ser seja capaz de reconhecer a si e aos outros e agir conforme esse reconhecimento, sem o qual não há que se falar em autonomia.

Essa moral kantiana difere fundamentalmente da moral aristotélica, pois para Aristóteles (1987) a noção do que é moral ou não é resultado do diálogo entre natureza e razão. O Estagirita ressalta que a natureza não se constitui apenas de matéria amorfa, mas é dotada de dimensão formal, sendo necessária a formação do bem humano. Nos dias atuais a compreensão da dimensão formal da natureza, expressa pela noção estruturante de ecossistema, é totalmente diversa da concepção aristotélica, mas Aristóteles ajuda-nos a compreender a existência de acepções fundadoras da dignidade da pessoa humana que decorrem necessariamente do divórcio com seu entorno.

A filósofa norte-americana Martha Nussbaum (2006) contrasta o conceito de dignidade da tradição kantiana com a definição de Aristóteles do homem como animal político e com a ideia marxista do ser humano como uma criatura que necessita de uma pluralidade de atividades vitais. A autora sustenta que a racionalidade é apenas um aspecto de nossas

faculdades animais, e que a sociabilidade e as necessidades inerentes a cada ser também devem ser levadas em consideração na formulação da dignidade. Ao buscar a desidealização da racionalidade, Nussbaum pretende formular uma noção geral de dignidade que acolha a pluralidade de formas de afirmação da dignidade de cada espécie animal, inclusive a humana. Aqui o risco é a diluição da especificidade da condição humana.

A agenda de demandas políticas do nosso tempo, como assinala Francis Fukuyama (2003), está centrada na questão da dignidade da pessoa humana. Questões envolvendo gênero, igualdade racial, respeito às minorias e às diferenças culturais, a responsabilidade intergeracional pelo cuidado com a Terra, encontram na dignidade da pessoa humana a ideia síntese que legitima o reconhecimento de todas essas demandas. Uma sociedade que se pretenda fundada na promoção da vida digna há que observar uma arquitetura normativa aberta, dialógica e complexa, apta a atender a demandas cada vez mais fragmentadas e conflituosas.

Distinto tanto do raciocínio apriorístico dos kantianos quanto do empirismo aristotélico, o fundamento da dignidade humana exposto na carta encíclica *Laudato Si'*, em especial no capítulo II – O Evangelho da Criação, é simultaneamente transcendental e histórico, o amor pessoal de Deus por cada ser humano: “Fomos concebidos no coração de Deus e, por isso, «cada um de nós é o fruto de um pensamento de Deus. Cada um de nós é querido, cada um de nós é amado, cada um é necessário” (Papa Francisco, 2015, p. 45).

Mas esse amor de Deus não envolve apenas a humanidade, abrange toda a Criação. Assim, a correspondência ao amor que recebemos implica em agir com bondade em relação a Criação, promovendo a sua preservação e o seu cultivo. A Criação é o bem comum por excelência, do qual a humanidade tem responsabilidade permanente. E quando não a observa, degrada não apenas o ambiente, mas a sua própria dignidade humana; porque o destino da humanidade não está separado do cuidado com a Criação, e somos dotados de inteligência para nos entendermos como criaturas, para reconhecermos e louvarmos o Criador.

Já na carta encíclica *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco, invocando declaração conjunta que fizera com o Grande Imã Ahmad Al-Tayyeb, lembra que “Deus “criou todos os seres humanos iguais nos direitos, nos deveres e na dignidade, e os chamou a conviver entre si como irmãos” (2020, p. 7). A verdadeira dignidade humana não se realiza isoladamente, mas em espírito de fraternidade. A encíclica prossegue, demonstrando que a opulência, a desigualdade, o consumismo febril, o desrespeito ao migrante, violam o princípio da

dignidade. Ao propor novamente a função social da propriedade, o Santo Padre deixa claro que uma economia, aqui tomada em sua acepção nuclear de organização da casa comum, não estará bem fundada se não observar o princípio da dignidade:

119. Nos primeiros séculos da fé cristã, vários sábios desenvolveram um sentido universal na sua reflexão sobre o destino comum dos bens criados. Isto levou a pensar que, se alguém não tem o necessário para viver com dignidade, é porque outrem se está a apropriar do que lhe é devido. São João Crisóstomo resume isso, dizendo que, «não fazer os pobres participar dos próprios bens, é roubar e tirar-lhes a vida; não são nossos, mas deles, os bens que aferrolhamos». E São Gregório Magno di-lo assim: «Quando damos aos indigentes o que lhes é necessário, não oferecemos o que é nosso; limitamo-nos a restituir o que lhes pertence» (Papa Francisco, *Fratelli Tutti*, p. 59).

A organização social e econômica baseada na vida humana digna é UM projeto recorrentemente anunciado e normatizado no âmbito da ciência política e do direito, ainda que não plenamente realizado. A Constituição alemã de 1919, conhecida como Constituição de Weimar, prescrevia em seu art. 151: “A organização da vida econômica deve corresponder aos princípios da justiça e ter como objetivo a garantia de uma existência humana digna a todos. Dentro destes limites, a liberdade econômica do indivíduo deve ser assegurada” (*apud* Bercovici, 2007, p. 458). Aquela norma contém três enunciados: a) a correspondência entre a vida econômica e os princípios de justiça, e é interessante que se adote o plural princípios, porque a justiça não é apenas comutativa, ela também é distributiva, política, restaurativa e de equidade; b) a existência humana digna a todos como objetivo da vida econômica; c) a garantia da liberdade econômica individual limitada aos dois primeiros enunciados, ou seja, se e quando observados os princípios da justiça e a garantia da vida digna a todos.

Outro aspecto relevante é que a Constituição de Weimar se refere às *normas constitucionais sobre economia sob o título “Vida Econômica”* e não empregando a expressão mais usual “Ordem Econômica”, a indicar, na inovadora Constituição alemã, o caráter humano da economia, que é um campo de organização social voltado a servir à humanidade e não para dela se servir como recurso.

No Brasil, a primeira Constituição a tratar da ordem econômica foi a de 1934, e o enunciado do art. 115 é praticamente uma tradução do art. 151 da então Constituição alemã. Na nossa Constituição de 1946, de teor mais liberal, a referência à existência digna deixou de ser fundadora da ordem econômica e foi relegada a previsão de *trabalho que possibilite existência digna*. Eclética, a Constituição em vigor, de 1988, enfeixa em seu art. 170, *caput*, a valorização do trabalho humano e da livre iniciativa, estabelece por finalidade da ordem

econômica assegurar a todos existência digna, o que vai além do trabalho, e prevê conformidade desses valores com os ditames da justiça social.

É de se questionar, ante as iniquidades vistas cotidianamente, se seriam esses enunciados normativos apenas realidades simbólicas ou discursivas? O poeta Carlos Drummond de Andrade, no poema *Nosso Tempo*, oferece uma resposta: *Em vão percorremos volumes, / viajamos e nos colorimos. / A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua. / Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos. / As leis não bastam. Os lírios não nascem/ da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se/ na pedra* (Andrade, 1983, p. 120).

O direito que não é conquistado, que não é fruto da vontade dirigida pela consciência social, será sempre uma folha de papel. A Constituição brasileira de 1934, é um bom exemplo: ao traduzir normas da Constituição alemã de 1919 para o Brasil, os constituintes não transpuseram para cá nada da experiência econômica e das lutas sociais do povo alemão. Até porque seria impossível, pois no momento mesmo em que foi feita essa transposição da norma alemã a República de Weimar já era uma experiência encerrada desde a ascensão de Hitler ao poder. Não por acaso, três anos depois, em 1937, aquela nossa experiência democrática se encerrava com a Constituição autoritária conhecida por *Polaca*, elaborada a partir da constituição da segunda república polonesa.

Assim, antes de propor modelos, a primeira tarefa da Economia de Francisco e Clara é canalizar a expressão das experiências populares e mobilizá-las para as mudanças estruturais que se apresentarem necessárias. Nesse sentido, as doze aldeias temáticas em que se organiza esse projeto alternativo funcionam como canais de expressão e encontro de pessoas oriundas de diversos lugares, mas que vivenciam questões comuns sobre desigualdades, discriminação, degradação ambiental, financeirização das relações sociais, acesso à terra, paz, cuidado, sustentabilidade, justiça, etc. As aldeias temáticas vão se desenvolvendo, portanto, como método, estrada e polos de convergência para aqueles que buscam uma nova economia que expresse a dignidade humana.

5 TRÊS MUDANÇAS EM CURSO

Há três importantes mudanças na organização global, que já se desenvolvem ao longo dos anos e desafiam a Humanidade. São três ameaças, que, se não forem enfrentadas de forma correta e com urgência, colocam em risco a própria perspectiva civilizatória, a saber: a

emergência das mudanças climáticas globais, as mudanças nas relações de trabalho decorrentes de novas tecnologias e o aumento da desigualdade.

Vale retomarmos a análise de Karl Polanyi sobre a sociedade de mercado e a sua evolução. O autor argumenta que o desenvolvimento do Estado moderno foi fator essencial para o desenvolvimento das economias de mercado modernas, e que as duas mudanças estão interligadas resultando na dependência da economia por parte da sociedade, da política e da cultura. Polanyi (2021, p. 123-124) sintetiza esse ponto:

“Em vez de a economia enraizar-se nas relações sociais, as relações sociais é que se enraízam no sistema econômico. A importância vital do fator econômico para a existência da sociedade impossibilita qualquer outro resultado.

O autor afirma, nessa linha, que o surgimento de economias de mercado não regulamentadas, que atualmente dominam o nosso planeta, levou à convulsões sociais e políticas. Em contraponto, defende que devemos focar em garantir a todas as pessoas o direito aos meios materiais para uma vida decente, priorizar a qualidade das relações sociais e submeter o mercado à sociedade.

Por um breve momento, nas três primeiras décadas após a II Guerra Mundial, foi possível, pelo menos nos países de capitalismo avançado, regular a economia e distribuir os efeitos da expansão econômica por um percentual maior da população. Mas os sucessivos choques do petróleo dos anos 1970 e a redução do crédito barato causaram rápida reversão do horizonte econômico, levando à imposição do receituário neoliberal, rigorosamente implementado a partir da ascensão de Margareth Thatcher no Reino Unido, em 1979, e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, em 1981.

De acordo com Michael Sandel (2023, p. 376-377), citando artigo de Thomas L. Friedman publicado em 1999, as políticas necessárias para que um país quisesse prosperar na economia neoliberal seriam as seguintes:

Tornar o setor privado o principal motor do crescimento econômico, mantendo uma baixa taxa de inflação e estabilidade de preços, encolhendo o tamanho da burocracia estatal, sustentando ao máximo um orçamento equilibrado, senão superavitário, eliminando e reduzindo as tarifas sobre bens importados, removendo as restrições ao investimento estrangeiro, com a eliminação de cotas e monopólios domésticos, aumentando as exportações, privatizando indústrias e serviços públicos, desregulamentando o mercado de capitais, tornando sua moeda conversível, abrindo suas indústrias, ações e mercados de títulos para direcionar a propriedade e o investimento estrangeiros, desregulamentando sua economia para promover o máximo possível de competição doméstica, eliminando ao máximo a corrupção governamental, subsídios e propinas, abrindo seus sistemas bancários e de telecomunicações à propriedade privada e à competição e permitindo que seus cidadãos façam suas escolhas entre uma série de opções de pensão concorrentes, fundos de pensão e fundos mútuos administrados no estrangeiro.

O credo neoliberal é exatamente o oposto do que ensina o Papa Francisco na *Fratelli*

Tutti, ao criticar a submissão da política à economia e o paradigma eficientista:

177. Gostaria de insistir que «a política não deve submeter-se à economia, e esta não deve submeter-se aos ditames e ao paradigma eficientista da tecnocracia». Embora se deva rejeitar o mau uso do poder, a corrupção, a falta de respeito das leis e a ineficiência, «não se pode justificar uma economia sem política, porque seria incapaz de promover outra lógica para governar os vários aspetos da crise atual». Pelo contrário, «precisamos duma política que pense com visão ampla e leve por diante uma reformulação integral, abrangendo num diálogo interdisciplinar os vários aspectos da crise». Penso numa «política salutar, capaz de reformar as instituições, coordená-las e dotá-las de bons procedimentos, que permitam superar pressões e inércias viciosas». Não se pode pedir isto à economia, nem aceitar que ela assuma o poder real do Estado (2020, p. 88).

Michael Sandel aponta com clareza quem são aqueles que impõem o receituário neoliberal, e dele extraem os principais benefícios: os corretores de ações, títulos e moedas, os investidores multinacionais, que vivem na aldeia global propiciada pela troca instantânea de operações financeiras em rede, e que conecta grandes praças financeiras, como Nova York, Londres, Frankfurt e Tóquio (Sandel, 2023). E a imensa maioria da população? E as classes trabalhadoras? Ainda segundo Sandel (2023), o receituário da globalização neoliberal promoveu acréscimo do PIB norte-americano inferior a 0,1%. Para os trabalhadores norte-americanos esse é o percentual a repartir. Para os demais países, menos do que isso.

Como se vê, o advento do neoliberalismo nas últimas décadas do século XX, e a persistência dessas políticas econômicas no século XXI, desencadeou debates significativos sobre problemas econômicos e sociais que Karl Polanyi já havia discutido em *A Grande Transformação*. Isso porque os fatos demonstram que a aplicação de políticas econômicas neoliberais, caracterizadas por menos intervenção do Estado e maior ênfase no livre mercado, trouxe, no plano socioeconômico, desafios semelhantes aos que Polanyi havia identificado na passagem do século XIX para o século XX.

Cenário agravado pela emergência climática e pelas mudanças nas relações de trabalho resultantes das novas tecnologias.

Quanto ao progresso tecnológico, vivemos o paradoxo de uma economia que faz uso de novas tecnologias para reduzir os custos humanos, a ponto de excluir as pessoas da produção e usufruto dos bens gerados pela economia (Papa Francisco, 2020). A economia desumanizada não pode atender às necessidades para as quais foi legitimamente desenvolvida, lembrando que não existe economia individual, a economia é sempre prática social, seja de

cooperação e comunhão, seja de exploração e espólio. A respeito da emergência climática, o Papa Francisco publicou a exortação apostólica *Laudate Deum* (2023) como complemento e atualização da carta encíclica *Laudato Si'*. O ponto principal da exortação apostólica é que ao minimizar as mudanças climáticas globais e apostar o destino do planeta em soluções tecnocráticas, o ser humano se arroga a tomar o lugar de Deus, e torna-se o pior perigo para si mesmo (Papa Francisco, 2023). Assinala que é possível chegar a um aumento de 1,5 graus Celsius em um espaço de tempo de 10 anos, sendo que ao alcançar 2 graus de aumento, o degelo dos grandes glaciares será inevitável (Papa Francisco, 2023).

O fator mais grave das mudanças climáticas é que seus efeitos durarão por séculos, mesmo se efetuada agora a transição para uma economia de baixo carbono. Ou seja, já há o comprometimento parcial das gerações futuras. A emergência climática diz respeito à nossa perspectiva de continuidade da vida na Terra, sobre o nosso compromisso, aqui e agora, com a Criação. Em relatório referente ao ano de 2022, o IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas) alerta:

SPM.D.5.3. A evidência científica cumulativa é inequívoca: a mudança climática é uma ameaça ao bem-estar humano e à saúde planetária. Qualquer atraso adicional na ação global antecipada concertada sobre adaptação e mitigação perderá uma breve e rápida janela de oportunidade para garantir um futuro habitável e sustentável para todos (*apud* Rosa, 2023, p. 433).

Em relação às mudanças aqui tratadas, assiste razão ao Papa Francisco ao criticar o paradigma tecnocrático, que atua como uma espécie de legitimador científico da ideologia neoliberal. Vale reproduzir seu magistério na *Laudato Si'*:

106. Mas o problema fundamental é outro e ainda mais profundo: o modo como realmente a humanidade assumiu a tecnologia e o seu desenvolvimento *juntamente com um paradigma homogêneo e unidimensional*. Neste paradigma, sobressai uma concepção do sujeito que progressivamente, no processo lógico-racional, compreende e assim se apropria do objeto que se encontra fora. Um tal sujeito desenvolve-se ao estabelecer o método científico com a sua experimentação, que já é explicitamente uma técnica de posse, domínio e transformação. É como se o sujeito tivesse à sua frente a realidade informe totalmente disponível para a manipulação (Papa Francisco, 2015, p. 68).

Esse paradigma tecnocrático segue a lógica da infinita disponibilidade de recursos, reduz a própria humanidade a um recurso e repete o credo de que a tecnociência providenciará a solução dos próprios problemas por ela criados. É a mesma falsa promessa de que o mercado tudo provê e se autorregula. Não precisamos nos preocupar com a economia, porque o mercado dará uma resposta. Não precisamos nos preocupar com o futuro, porque a ciência encontrará uma solução e a aplicará no formato de uma nova e mais custosa tecnologia.

Quanto a redução do fator humano a mera variável do capital, e que se evidencia na atual precarização do trabalho, verifica-se a redução dos direitos sociais, o desmonte da ideia de seguridade social e a intensa exploração da produtividade humana ao ponto do esgotamento físico e mental.

O aumento das desigualdades se defronta com a incapacidade do Estado em responder a esses desafios. O antigo Estado de bem-estar social foi sucateado pelos programas de redução do seu papel institucional, e a classe política foi capturada pelos setores rentistas interessados na máxima expansão do capital financeiro. Esse quadro leva ao aumento da polarização da sociedade, à descrença no bem comum e à imobilização da política. Por sua vez, a imobilização da política acarreta o questionamento da democracia como forma de governo capaz de resolver os problemas correntes. Assim, a polarização, que vai do econômico para o social e do social para o político, em processo que se retroalimenta, coloca todos na trajetória rumo à barbárie.

E evitar a barbárie é uma das missões da Economia de Francisco e Clara.

6 CONCLUSÃO

Construir uma economia fundada na dignidade humana e na irradiação desse valor não é uma tarefa que possamos deixar de lado. Constitui-se em imperativo ambiental, social, econômico, humano e espiritual. Sem esse fundamento, resta [a](#) regressão a um mundo tribal e agressivo. E em uma sociedade tribal, sem a promoção global da paz e da percepção de segurança que resulta da boa vontade, não será possível o esforço para promovermos o cuidado que a nossa casa comum necessita a fim de que possamos superar a emergência climática e realizar a transição para uma economia verdadeiramente sustentável. Não temos muito tempo, o momento de agir é agora.

Ao propor a discussão de uma nova economia a partir da experiência espiritual de Assis, da qual partem Francisco e Clara, para a reconstrução da Igreja e do mundo, o Papa Francisco não tem em mente um modelo fechado, nem mesmo um ponto de chegada. Ainda que o enfoque dado nas cartas encíclicas *Laudato Si'* e *Fratelli Tutti*, bem como nas mensagens dirigidas aos jovens economistas, seja em tudo compatível com o modelo da *Economia Donut*, ao definir um alicerce social a ser atendido e um teto ecológico a ser respeitado, a Economia de Francisco e de Clara é antes de tudo uma economia centrada na

pessoa humana e na Criação que a rodeia.

Economia que também é pedagogia, porque pressupõe a reeducação da forma como pensamos sobre economia e sociedade, especialmente visando ir além do horizonte imediato de nossas escolhas pessoais. O aparente ganho de hoje pode se revelar uma perda irreversível no médio prazo.

Essa economia nova não se vincula a um modelo teórico prévio, mas dialoga com todos que estejam dispostos a responder às questões que relacionam economia e sociedade para promover o bem viver da humanidade. Descentralizada e comunitária, ela valoriza a experiência concreta e justa no espaço que se estabelece entre o teto ecológico e o alicerce social. Por essa razão rejeita todos os determinismos que pretendem sujeitar a sociedade aos ditames do crescimento econômico e expansão de capital como fins em si mesmos.

Esse espaço é o da plena realização das potencialidades materiais, psíquicas e espirituais da humanidade na Terra. É, portanto, o espaço da economia da dignidade, entendida não apenas a dignidade como fundamento da economia, mas a economia como vetor de concretização da dignidade. Para, enfim, termos uma economia com alma, que beneficie a todos. A tarefa de realizá-la cabe a todos nós, mediante nossas ações e também nossas decisões sociais, políticas e econômicas, no âmbito individual e coletivo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Nova reunião: 19 livros de poesia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1983.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. In: Os Pensadores – Aristóteles. São Paulo: Nova Cultural, vol. II, 1987.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e dignidade da pessoa humana**. In Revista da Faculdade de Direito, Universidade De São Paulo, 102, p. 457-467, 2007. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67764>. Acesso em: 2 out. 2023.

BRASILEIRO, Eduardo (org.). **Realmar a economia. A economia de Francisco e Clara**. São Paulo: Paulus, 2023.

FUKUYAMA, Francis. **Nosso futuro pós-humano**. Rio de Janeiro: Rocco, 2003.

GONZÁLEZ, Ana Marta. **La dignidad de la persona, presupuesto de la investigación científica**. In: BALLESTEROS LLOMPART, Jesús; APARISI MIRALLES, Ángela (editores). *Biología, dignidad y derecho: bases para un diálogo*. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 2004, p. 17-41.

GUIMARÃES, Dom Joaquim Giovani Mol. **Esticar o horizonte de um novo humanismo econômico**. In: BRASILEIRO, Eduardo (org.). Realmar a economia. A economia de Francisco e Clara (formato epub). São Paulo: Paulus, 2023, p. 11-16.

HÖFFE, Otfried. **Immanuel Kant**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NUSSBAUM, Martha Craven. **Frontiers of justice: disability, nationality, species membership**. Cambridge: Belknap Press, 2006.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Laudato Si'**. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

PAPA FRANCISCO. **Carta Encíclica Fratelli Tutti – sobre a fraternidade e a amizade social**. São Paulo: Edições Loyola, 2020.

PAPA FRANCISCO. **1ª Mensagem do papa Francisco – Assis, 19-21 de novembro de 2020**. In: BRASILEIRO, Eduardo (org.). Realmar a economia. A economia de Francisco e Clara (formato epub). São Paulo: Paulus, 2023, p. 246-255.

PAPA FRANCISCO. **2ª Mensagem do papa Francisco – Assis, 2 de outubro de 2021** In: BRASILEIRO, Eduardo (org.). Realmar a economia. A economia de Francisco e Clara (formato epub). São Paulo: Paulus, 2023, p. 256-258.

PAPA FRANCISCO. **3ª Mensagem do papa Francisco – Assis, 24 de setembro de 2022** In: BRASILEIRO, Eduardo (org.). Realmar a economia. A economia de Francisco e Clara (formato epub). São Paulo: Paulus, 2023, p. 259-268.

PAPA FRANCISCO. **Exortação Apostólica Laudate Deum**. Publicada em 4 out 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html#_ftnref14. Acesso em: 5 out 2023.

PAPA JOÃO PAULO II. **Carta Encíclica Centesimus Annus**. São Paulo: Ltr Editora, 1991.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas de nossa época**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2021.

RAWORTH, Kate. **Economia Donut: uma alternativa ao crescimento a qualquer custo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

ROSA, Rafaela Santos Martins da. **Dano climático: conceito, pressupostos e responsabilização**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2023.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. In: Os Pensadores – Rousseau. São Paulo: Nova Cultural, vol. I, 2000.

SANDEL, Michael J. **O descontentamento da democracia: uma nova abordagem para tempos perigosos** (formato epub). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

VATICAN NEWS. **Economia de Francisco: jovens do mundo inteiro coligados com a cidade de Assis**. 2020. Disponível em <https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2020-11/economia-de-francisco-jovens-do-mundo-inteiro-coligados-com.html>. Acesso em: 2 out. 2023.

WOHLFART, João A. **Ecologia integral na Laudato Si'**: fundamentos e estrutura filosófica. Passo Fundo: Conhecer. 2021.